

EDUCAÇÃO INTEGRAL E AMPLIAÇÃO DA JORNADA: A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO CEARÁ¹

José Eduardo Nobre Maia²

Jean Mac Cole Tavares Santos³

Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira⁴

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do processo de pesquisa até então percorrido no Mestrado em Ensino, com área de concentração em Ensino na Escola Pública, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino (POSENSINO), associação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Atualmente em andamento, esta investigação tem como interesse realizar uma análise dos desafios e possibilidades da construção de uma escola em tempo integral através do ensino médio integral na rede de ensino do Ceará.

O campo da educação brasileira tem enfrentado grandes desafios, frente à complexidade do atual contexto social e político. A crise da educação, impulsionada pela crise do emprego, não é um problema recente para aqueles que trabalham cotidianamente nas escolas públicas de todo o País. Frente a essa situação, surgem inúmeras estratégias adaptativas e inventivas no contexto escolar às demandas da transformação do ensino no Brasil. Essas estratégias, em grande parte, se situam em torno de readaptações curriculares, que elegem o currículo como o elemento principal e definidor da qualidade da educação.

A ideia de formar sujeitos por meio da educação integral e em tempo integral não é inovadora, visto sua trajetória nas discussões e documentos oficiais. Sua história recente, entretanto, coloca em ênfase a discussão sobre sua construção, como um expoente das estratégias de readaptações curriculares. Neste trabalho, destacamos a sanção, em 20 de julho de 2017 (CEARÁ, 2017), da Lei que institui o Tempo Integral nas Escolas de Ensino Médio como política pública no Estado do Ceará, diante da qual nos deparamos com a necessidade de lançar luz sobre tal prática, no sentido de avaliar sua construção, fortalecer a política pública e melhorar a qualidade do ensino no Estado.

A ampliação do tempo no cotidiano escolar não é tema recente, mas nunca foi tão atual como na realidade escolar contemporânea. A construção desse modelo de ensino, como toda política pública, requer um processo de diagnóstico constante. Isso porque, através de uma perspectiva avaliativa persistente, é possível readaptar o processo, reelaborar estratégias e reestabelecer metas, caso os objetivos propostos inicialmente não estejam sendo atingidos (LUCKESI, 2002). Daí a justificativa fundamental da investigação aqui apresentada, já que a

¹ Este trabalho é resultado de pesquisa em andamento no Mestrado em Ensino do Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO – associação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN / Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA / Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN.

² Mestrando do POSENSINO – associação UERN/UFERSA/IFRN, eduardonobre78@gmail.com.

³ Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação - UERN. Coordenador do POSENSINO, associação UERN/UFERSA/IFRN, maccolle@hotmail.com.

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - UFC, nogueiraeveline@hotmail.com.

construção das escolas de tempo integral se constitui uma estratégia que demanda atenção nesse sentido. Levando em consideração a proposta apresentada e tomando por base os objetivos a curto e longo prazo, acredita-se que essa é uma iniciativa de grande importância e profundas implicações, visto a reformulação do ensino que ela propõe. Nos centramos, portanto, na compreensão de repercussões do projeto curricular para os professores e para os processos de ensino, compreendidos também como atores da política.

Nossa pesquisa propõe uma investigação de relevância para o campo científico, visto a atualidade e a importância do tema. No Ceará, das 720 escolas estaduais, 228 ofertam a jornada prolongada. Deste total, 111 são de ensino regular, as quais se somam as 117 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), que ofertam cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Pelo segundo ano consecutivo, o Ceará esteve à frente em números de construção do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, do Governo Federal, sendo a segunda unidade federativa com maior número de implantações.

Visto que a estratégia das escolas em tempo integral na rede de ensino do Ceará é, relativamente, recente, são escassas as experiências de pesquisa sobre o tema. Portanto, a oportunidade de investigar o modo de funcionamento e estruturação desse modelo de ensino abre possibilidades para além daquilo que já conhecemos por educação do Brasil, no sentido de avaliar as políticas públicas construídas no sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, avaliar o processo de Educação da sociedade como um todo, bem como tecer uma análise dos sentidos embutidos nessa proposta.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Nossa pesquisa se propõe a utilizar uma perspectiva qualitativa, a partir de três abordagens de construção de dados: a análise documental, observações in loco e entrevista semiestruturada; e uma abordagem quantitativa, a partir de uma análise mais atenciosa aos resultados numéricos de dados da escola investigada. Essa organização metodológica se dá por iniciarmos nosso trabalho analisando o contexto da produção de texto, uma vez que o texto político representa a política (MAINARDES, 2006). Assim, é por intermédio desses textos que a própria política é apresentada à comunidade escolar, sendo através deles que o docente realiza a política na prática, realizando ressignificações e decisões sobre o que aplicar ou não aplicar, a depender do contexto que se assume (BALL; BOWE, 1998), utilizando o texto como referência para a formação do currículo escolar em específico.

Em momento posterior, procuramos nos aproximar do contexto da prática, no sentido de investigar as percepções dos professores. Compreendemos o espaço escolar como uma perspectiva micro da política, cuja aplicação sofre deformações e reaplicações através das percepções subjetivas dos próprios docentes (BALL; BOWE, 1998). Essa aproximação da perspectiva subjetiva nos é perfeitamente possibilitada pela ótica qualitativa (MINAYO, 1994), que nos aproxima também da própria análise das ressignificações contextuais.

Portanto, compreendemos a utilização da perspectiva qualitativa como o método que nos serve em consonância com nossa pretensão de investigar contextos múltiplos e uma arena de lutas de interpretações da realidade. E, nesse sentido, as observações in loco permitem a aproximação com o contexto escolar em si, através da organização cotidiana, dos horários cumpridos, das interações, dos contratempos surgidos, enfim, de uma totalidade de situações possíveis de se presenciar, para além do discurso dos sujeitos.

A partir dessa compreensão, tomamos também a entrevista como meio adequado para a investigação no campo subjetivo, por meio do qual nos será possibilitada a análise das práticas discursivas dentro do contexto e suas negociações de sentidos. A entrevista, desse modo, nos possibilita a captura do discurso real e imediato, dentro do contexto de produção, desvelando

percepções e opiniões a partir do falado, nos permitindo inferir sobre a própria interpretação da realidade na perspectiva do entrevistado.

Optamos por utilizar a entrevista semiestruturada, na qual o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do entrevistado, fazendo surgir possibilidades outras dentro do relato. A entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador, dirigida de acordo com os objetivos. A utilização da entrevista semiestruturada permite a obtenção de dados comparáveis entre os sujeitos, sem limitar suas possibilidades de fala, permitindo autonomia para avançar sobre o tema, inculcando suas subjetividades nas falas.

O material construído em nosso escopo metodológico é analisado com base no viés teórico-metodológico do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1998). É importante, ainda, frisarmos que partimos da noção de Redes de Pesquisa, através das leituras e discussões empreendidas no Grupo Contexto da UERN. Assim, estabelecemo-nos em constante discussão com outros colaboradores em articulações discursivas.

Como lócus de pesquisa, selecionamos uma Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) em específico. Em termos de percurso metodológico, estamos nesse momento prestes a iniciar as entrevistas, já tendo realizado a análise do texto e as observações no cotidiano escolar. Ressalta-se que o presente projeto foi submetido e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte sob Número de Parecer 3.202.689 e CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 08305319.6.0000.5294.

DESENVOLVIMENTO

Nesta empreitada, seguimos produzindo contribuições ao campo das discussões curriculares e políticas a partir de uma visão teórica pós-estruturalista. Compreendemos, portanto, a realidade como construída de forma contextual e implicada pelos discursos que a habitam. A realidade não é, portanto, um “algo” pronto e estático a ser apreendido pelo pesquisador, e sim um campo constante de lutas entre diferentes interpretações. Não é nossa intenção investigar com base na ideia de uma estrutura sólida que serve como base para capturar o real, mas a partir das lutas pela fixação de sentidos, já que “[...] pode-se entender os discursos pedagógicos e curriculares como atos de poder, o poder de significar, de criar sentidos e hegemonizá-los” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 40). Adentramos as discussões sobre currículo e políticas procurando compreender o campo das ressignificações docentes, por meio das práticas e atuações políticas realizadas no fazer docente (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016), que se expressam como práticas de poder ligadas a ciclos de políticas que se intercomunicam e disputam entre si formações de significados.

Assim, como nosso escopo teórico-metodológico, como já mencionado, nos utilizamos da base proposta pela abordagem do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1998), como uma maneira de pensar as políticas e saber como elas são feitas (BALL, 2011), e nos dando suporte para a investigação das disputas que habitam o campo do currículo nos diversos contextos de produção de políticas (BALL; BOWE, 1998). A opção por trabalhar com base nessa proposta decorre do fato de que o ciclo de políticas “[...] reconhece a importância da análise do funcionamento do papel do Estado, argumentando que a investigação das políticas exige uma compreensão das relações de mudança e das interpenetrações entre as instâncias macro e micro [...]” (OLIVEIRA, 2016, p. 45), nos permitindo analisar políticas públicas desde a formulação inicial até a sua atuação no contexto da prática (MAINARDES, 2006).

O contexto, dentro dessa perspectiva, são os locais de fazer política e onde acontecem a todo momento disputas e negociações de sentido, criando e recriando interpretações políticas em um movimento constante. Disso podemos inferir que o currículo não pode ser tomado como

algo produzido por um contexto exclusivo, e os contextos do ciclo de políticas nos conduzem a alguns passos de investigação: análise do contexto da influência, do contexto de produção de textos e do contexto da prática, no qual as definições curriculares são recriadas. Nesse sentido, seguimos na direção desses três contextos, nos aproximando, mais apropriadamente neste momento, do contexto da prática, através das observações escolares e das entrevistas com profissionais da educação.

Sendo assim, é importante levarmos em consideração que as políticas passam por ressignificações e materializações nas escolas, tomando forma de acordo com as traduções realizadas pelos professores. Trabalhar com a base teórica do ciclo de políticas pressupõe a observação da mobilidade de sentidos em torno do fazer político, sem que possamos nos prender em sentidos fixos e imutáveis que defendem a fixação de noções tidas como verdadeiras e completas, correndo o risco de reduzir nossa análise diante de uma gama de possibilidades que nos cercam. É justamente nessa perspectiva que trabalhamos com o ciclo de políticas e optamos por utilizar esse olhar em nossa investigação e na análise das implicações do tempo integral na (re) construção curricular, analisando cada contexto de onde se fala e expondo nossas considerações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussões aqui apresentados partem das noções teóricas investigadas e discutidas até então, considerando nosso percurso de pesquisa ainda em andamento. Nesse caso, produzimos análises sobre o contexto de influência e o contexto da política enquanto texto, no sentido de subsidiar as discussões posteriores sobre a análise do contexto da prática da política curricular das EEMTI's.

A meta do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), e condizente com o plano nacional de Educação, é seguir o planejamento para que todas as escolas do Ensino Médio sejam em tempo integral. O objetivo é dar possibilidades de o próprio aluno montar seus componentes curriculares com base em habilidades e objetivos profissionais, desde que estes sigam eixos temáticos sugeridos pela SEDUC. Nesse sentido, essa estratégia se aproxima do que Lopes (2012) trouxe como a atenção que os órgãos governamentais têm prestado para que o currículo seja organizado de forma atraente para os alunos. Essas questões têm sido discutidas no Brasil desde a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, e vêm ganhando força na atualidade com o lançamento dos documentos preliminares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo Ministério da Educação (MEC), sendo esse papel de orientador curricular para o Ensino Médio anteriormente creditado ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como elemento de delimitação dos conhecimentos fundamentais.

O ensino médio, sendo a última fase da educação básica, evidencia a importância de construirmos um olhar atento para essa etapa. O ensino médio se apresenta como grande desafio frente aos debates de seus mais recentes insucessos, como a estagnação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) desde 2011 e o fato de que, sob algumas perspectivas, o ensino médio teria se transformado em simples preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Frente a esse cenário, surgem inúmeras estratégias curriculares na busca incessante de recriar sentidos para o currículo escolar, baseados na organização de conhecimentos que sejam úteis para sua utilização no mundo contemporâneo e que façam sentido dentro do projeto de vida dos alunos, alinhado à cultura do sujeito como empreendedor de si (BALL, 2011). Essas empreitadas em busca de fixar sentidos no currículo por meio de estruturas básicas e essenciais nos parecem frágeis e inconsistentes, já que compreendemos o currículo como algo que se constrói incessantemente em contextos subjetivos diversos. Esses movimentos que elegem o

currículo como sinônimo de qualidade estão perfeitamente alinhados à própria lógica pós-moderna que perpassa a contemporaneidade, mercantilizando os saberes e, cada vez mais, alinhando o processo educativo à formação para o mercado de trabalho. A educação se localiza, portanto, em um processo que a relaciona a um “caráter instrumental, quando tenta responder à questão da utilidade de sua utilização [...]” (DIAS, 2017, p. 107).

Na rede estadual do Ceará, há uma trajetória recente da oferta de ensino médio em tempo integral. Aqui, a escola deve ser concebida como uma Comunidade de Aprendizagem, sendo a Aprendizagem Cooperativa o método pedagógico que estrutura o funcionamento de ensino. Outra característica muito interessante, e que norteia toda a base curricular, é o Protagonismo Estudantil, que deve ser princípio norteador de qualquer proposta de funcionamento das escolas. Ademais, a desmassificação do ensino e a formação de itinerários diversificados também fazem parte das dimensões pedagógicas. Assim, a proposta seria a estruturação de uma escola de ensino médio que contemple a todos os jovens e seus diferentes projetos de vida. Nessa direção, cada escola constrói seu próprio projeto de tempo integral, a partir de um amplo e franco debate com a comunidade escolar, e de modo especial, com os estudantes.

Essa é uma das principais premissas do ensino médio integral no Ceará: uma escola construída para (e com) os jovens. O público-alvo é composto por jovens e adolescentes que partem de diversas condições sócio-histórico-culturais em múltiplas dimensões. “Além disso, podemos dizer que a juventude é caracterizada pela transitoriedade e liberdade; uma época marcada pela experimentação, descobertas, erros, acertos, questionamentos e ansiedade” (SEDUC, 2017, p. 8). Esses processos são importantes como focos de análise na compreensão da influência que os valores e as experiências mantêm sobre a atuação das políticas. Há, no entorno cotidiano, condições reais e imediatas que se entrelaçam entre o fazer a política e as dinâmicas já existentes e construídas, sejam elas materiais, estruturais ou relacionais.

Sabemos, no entanto, que a política em si é construída na prática, nos distanciando cada vez mais da ideia de implantação e nos aproximando de uma construção, implicada pelo contexto e pelos atores da política. Portanto, há muitas vezes um abismo de acontecimentos entre a política enquanto texto e a política enquanto prática, sendo esta última, e suas transformações, objeto das seguintes discussões e resultados a serem contemplados no trabalho de pesquisa aqui apresentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cientes da imensidão de possibilidades teóricas com as quais poderíamos trabalhar o tema, optamos por focar as questões relacionadas à política no contexto escolar. Isso porque “a teoria oferece essa oportunidade, a possibilidade de desidentificação: o efeito de trabalhar “sobre e contra” as práticas predominantes de sujeição ideológica” (BALL, 2011, p. 94). Trabalhamos com base na compreensão de que “as escolas ‘fazem’ política, especificamente sobre como as políticas tornam-se ‘vivas’ e atuantes (ou não) nas escolas” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 12). Partimos também da compreensão de currículo que leva a enxergá-lo como um espaço de disputas e poder, que traça significados para a realidade, no intuito de reafirmar ou recriar sentidos para o processo educativo (LOPES; MACEDO, 2011).

É importante salientar que os documentos se inserem dentro de um contexto político permeado por disputas discursivas. Não é, portanto, o documento que determina as ações, ele apenas revela uma série de relações de poder que figuram em torno das discussões sociais. Em um mundo cada vez mais globalizado e ligado às questões econômicas, é compreensível que os currículos também acompanhem a busca de fechar as lacunas presentes na sociedade, permeada por desigualdades de oportunidades e acesso a uma formação cidadã e educacional. Nesse sentido, se insere a organização do tempo integral, no sentido de fornecer aos jovens uma educação capaz de dar conta de uma série de desigualdades construídas historicamente.

Na atuação dentro das escolas é impossível se conceber uma receita, um padrão, um processo ideal e linear. A escola é espaço de complexidade, em que as atuações são trazidas por intermédio de diferentes conjuntos de tecnologias. A atuação da política, no entanto, não é simples e linear, ela é construída contextualmente, em realidade situadas e específicas. No centro da atuação da política está a escola, incoerente e inconsistente. Portanto, compreendemos que as propostas de políticas são construídas, elaboradas, reelaboradas em vários contextos, na prática docente, ressignificados contextualmente pelos sujeitos que atuam a escola, a partir de seus saberes/poderes, das várias compreensões e apropriação do mundo. E é isso que nos interessa investigar em nosso percurso de investigação.

Palavras-chave: Educação integral; Tempo integral; Ensino médio.

REFERÊNCIAS

- BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *In:* BALL, S.; MAINARDES, J. (Orgs.) **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011, 288 p.
- BALL, S.; BOWE, R. El currículum nacional y su “puesta en práctica”:
El papel de los departamentos de materias o asignaturas. **Revista de Estudios de Currículum**. v. 1, n. 2, p.105-131, 1998. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/gjxDO>>. Acesso em: 28 abr 2019.
- BALL, S.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- CEARÁ. Lei Nº **16.287, 20 de julho de 2017**. Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ouKV6>>. Acesso em: 27 abr 2019.
- DIAS, R. E. Currículo, docência e seus antagonismos no espaço iberoamericano. **Revista Investigación Cualitativa**, n. 02. p. 100-114, 2017. Disponível em:<<https://encurtador.com.br/bfv69>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- LOPES, A. C. Qualidade da escola pública: uma questão de currículo? *In:* VIANA, Fabiana da Silva [et al.]. **Qualidade na escola pública no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 13-29, 2012.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos Revista Científica**, vol. 4, fac. 02, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2002, p. 79-88. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/gilz0>>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em:<<https://encurtador.com.br/cirL9>>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.
- OLIVEIRA, M. B. de. Podem as escolas produzir política? *In:* SANTOS, J. M. C. T.; OLIVEIRA, M. B.; PAZ, S. R. (orgs). **Reinvenções do currículo: sentidos e reconfigurações no contexto escolar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016, p. 42-62.
- SEDUC. Secretaria de Educação do Ceará. **Plano de gestão escolar: Ensino Médio em Tempo Integral na rede estadual do Ceará**, 2017. Disponível em:<<https://encurtador.com.br/akozG>>. Acesso em: 23 mar. 2019.